

PORTUGAL E A REFORMA DA PAC

A proposta Fischler da reforma PAC tem duas grandes medidas:

- Modulação dinâmica das ajudas directas do primeiro pilar da PAC,
- Desligar das ajudas directas da produção.

A primeira medida visa reduzir o montante das ajudas directas do primeiro pilar da PAC em cerca de 20 % (3% anualmente, num período de 6 a 7 anos, a partir de 2004). Estão isentos desta medida os agricultores cujas explorações ocupem até 2 Unidades de Trabalho Agrícola (UTA) anuais a tempo inteiro e que recebam menos de 5000 euros ano. A medida cria um tecto máximo de ajudas recebidas por agricultor de cerca de 300 mil euros ano. Cerca de 5% dos agricultores portugueses seria afectado por esta redução das ajudas proposta pela Comissão. A grande maioria (95%) não o seria. As verbas poupadas deste modo (cerca de seis mil milhões de euros) seriam transferidas para o segundo pilar da PAC na forma de envelopes nacionais, tendo como critérios de afectação a área agrícola explorada, o emprego gerado, critérios de prosperidade, necessidades de desenvolvimento rural, etc. Ou seja, em princípio não seriam critérios históricos aqueles que ditariam a afectação ao segundo pilar da PAC das verbas libertadas.

A segunda medida visa desligar as ajudas directas do primeiro pilar da PAC das produções (típicas do Centro e Norte da Europa). Isto é positivo para Portugal, pois as agricultoras portuguesas poderiam finalmente fazer as produções mais apropriadas aos territórios onde operam sem perderem os poucos subsídios que recebem. Esta proposta tem todavia um senão. É que os montantes destas ajudas directas desligadas da produção são calculados com base nas actuais ajudas directas ligadas à produção, perpetuando, por esta via, a desigualdade histórica do suporte da PAC às diversas agriculturas europeias.

Portugal tem pelo menos duas estratégias possíveis em relação à proposta Fischler de reforma da PAC, estratégias que correspondem a alianças diferentes no contexto europeu. A primeira é refugiar-se na revisão do primeiro pilar da PAC de forma a que este não penalize tanto o país. Por exemplo, aceitamos produzir os produtos do Centro e Norte da Europa desde que as ajudas sejam atribuídas com base nas produtividades médias europeias em vez das produtividades históricas de cada país. Ou então, cedemos nas produtividades históricas desde que as produtividades históricas

portuguesas sejam alteradas, isto é, o país seja tratado de forma específica. Esta estratégia serve uma pequena minoria das agriculturas nacionais (5% dos agricultores nacionais?!...). Não serve a grande maioria das agriculturas nacionais (os outros 95% dos agricultores nacionais?!...). Não serve nem o interesse público português nem o interesse público europeu nesta matéria. Não é uma estratégia de “plantador”. A estratégia alternativa é a de ter uma visão daquilo que deve ser a PAC na Europa no futuro e batermo-nos por essa visão. No concreto, pode significar ter de ser mais arrojado nas propostas do que a Comissão. Propor, por exemplo, que as ajudas directas desligadas da produção, baseadas no suporte histórico desigual, sejam desmanteladas gradualmente num período de tempo (10 a 15 anos). Propor, ainda, que o dinheiro libertado gradualmente destas ajudas, no referido período de tempo, seja, progressivamente transferido para reforçar o segundo pilar da PAC, com base em critérios semelhantes aos da modulação dinâmica e critérios de protecção ambiental, desenvolvimento rural, protecção da saúde pública, protecção da herança cultural. Critérios que ignorem o suporte histórico fornecido pela actual PAC. Propor até, que uma vez estabelecido o período temporal e as ajudas a receber pelos agricultores no dito período, que as ajudas possam ser capitalizadas pelos agricultores no mercado de forma a facilitar os investimentos que estes terão de fazer, no ajustamento estrutural a um novo cenário económico e de políticas (proposta do projecto Bond Scheme de reforma da PAC). Esta estratégia pode pagar menos no curto prazo só que tem futuro. Torna-nos sujeitos activos, de igual para igual com os nossos parceiros, na construção de uma nova PAC que sirva de facto o interesse público, português e europeu. Torna-nos sujeitos activos na construção europeia.

Leonardo Costa

Engenheiro Agrónomo doutorado em Economia

Professor da Faculdade de Economia e Gestão, Universidade Católica Portuguesa

Membro da equipa do projecto “BONDScheme” de reforma da PAC

Porto, 24 de Julho de 2002